

## EDUCAÇÃO E AUTORITARISMO NO ESTADO NOVO\*

*Luiz Renato Vieira\*\**

### INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo consiste em elaborar uma reconstituição histórica de aspectos do ideário político e da educação como elemento central nas relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade civil brasileira no período compreendido entre a Revolução de 1930 e o Estado Novo (1937-1945).

Abordaremos o pensamento político elaborado no período como um dos principais elementos de sustentação do regime, calcando-se em ideologias profascistas. A partir da caracterização do pensamento autoritário em vigor na época, procuraremos analisar o papel da educação como veículo prioritário dessa "Ideologia de Estado", colaborando na difusão de seus princípios disciplinadores e arianizantes. Nesse contexto, destacaremos uma face pouco estudada da educação escolar, mas que se destacou no período em questão como um forte veículo de ideologias, a Educação Física.

Embora não seja possível identificar o movimento de 1930 propriamente como o resultado do antagonismo entre industrialização e os setores da economia rural, a partir desse momento ocorreram rearranjos no sistema político, que se refletiam numa maior expressão dos setores médios urbanos e na reorientação do eixo de atuação do Estado. Definiu-se uma nova trajetória rumo à complexa articulação política que buscava conciliar a hipertrofia do aparato de dominação - e a concomitante veiculação de ideologias marcadamente autoritárias - com a constituição de um discurso dirigido às classes trabalhadoras, fundamentado nos argumentos da ordem e da disciplina.

### O PENSAMENTO POLÍTICO AUTORITÁRIO

Além do forte tom ascético do discurso político do período em questão, havia também suas conotações populistas, que se expressavam no esforço de Getúlio Vargas ao procurar estabelecer uma forte vinculação de caráter paternalista e afetivo com as massas. A partir do Estado Novo essa estratégia tornou-se o ponto de convergência de todas as ações do Estado junto às classes trabalhadoras.

---

\* Este artigo condensa idéias do capítulo II da Tese de Mestrado defendida pelo autor no Departamento de sociologia da Universidade de Brasília em 1990. Agradeço ao Prof. Mário Ribeiro Cantarino pelas valiosas críticas e sugestões.

\*\* Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia.

Diversos autores têm demonstrado que foi na produção intelectual que as ideologias em questão encontraram sua expressão mais elaborada. É interessante destacar a observação de Antônio Cândido sobre a relação estabelecida, na década de 30, entre o plano político e o campo intelectual: "Como decorrência do movimento revolucionário e das suas causas, mas também do que acontecia mais ou menos no mesmo sentido na Europa e nos Estados Unidos, houve nos anos 30 uma espécie de convívio íntimo entre a literatura e as ideologias políticas e religiosas. Isto, que antes era excepcional no Brasil, se generalizou naquela altura, a ponto de haver polarização dos intelectuais nos casos mais definidos e explícitos, a saber, os que optavam pelo comunismo ou o fascismo". (Cândido, 1987:188).

Sem dúvida, a implantação de um Estado com características fundamentalmente cartoriais estabeleceu uma relação de dependência com a intelectualidade que torna compreensível que esse setor da sociedade tenha-se encarregado da construção de uma justificativa sistematizada para a atuação do poder central. É verdade que da Primeira República ao Estado Novo houve uma significativa dinâmica no campo intelectual brasileiro; no entanto, é possível perceber um núcleo comum em todas as correntes de pensamento antiliberais que emanaram das elites culturais. Foi esse núcleo, centrado na argumentação em torno da necessidade de um poder centralizador, que esteve presente no pensamento político que preparou a Revolução de 1930 e encontrou sua plena expressão nas ideologias de sustentação do Estado Novo.

Cabe ressaltar que isso não significa afirmar que o pensamento social brasileiro do período pode ser reduzido à apologia do regime. Já em 1922, o movimento modernista dirigia duras críticas ao ufanismo e aos arcaísmos da política tradicional. Há toda uma gama de intelectuais importantíssimos na efervescência cultural da época em foco, que ficarão à margem de nossa caracterização histórico-sociológica. Análises históricas como as realizadas por Gilberto Freyre (*Casa Grande & Senzala*, 1933), Caio Prado Júnior (*Evolução Política do Brasil*, 1934) e Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*, 1936) apontam para a complexidade do processo cultural do qual destacaremos apenas alguns aspectos, no interesse de nossa abordagem.<sup>1</sup>

Naturalmente, foge ao escopo deste artigo avançar no aprofundamento das análises acerca da história das idéias no Brasil, porém é necessário caracterizar, ainda que em esboço, alguns traços do pensamento político do período para que se esclareçam suas relações com a esfera cultural.

Segundo Bolivar Lamounier (1977), o aspecto central do pensamento político da época residia no esforço de elaboração de um complexo sistema ideológico, objetivando a legitimação da autoridade do Estado na tutela da sociedade. Nesta perspectiva de análise, Lamounier detecta uma categoria

---

1. Para a questão da inserção do intelectual no campo político, ver Sérgio Micelli, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)* (1979) e Daniel Pécaut, *Os intelectuais e a política no Brasil* (1990).

central nos textos políticos produzidos no período, que chama de "Ideologia de Estado": "(...) uma construção intelectual que sintetiza e dá direção prática a um clima de idéias e de aspirações políticas de grande relevância nas últimas décadas do século XIX e na primeira metade deste" (Lamounier, 1977:357). A caracterização do ideário político do período compreendido entre o final do século passado e o Estado Novo pelo viés da temática da legitimação do Estado não peculiariza a interpretação de Lamounier. Ao contrário, diversos autores apontaram o movimento intelectual da época como reflexo das relações de poder engendradas pelo Estado. Na realidade, o conceito de "Ideologia de Estado" tem por especificidade envolver uma dimensão mais ampla, incorporando as influências exercidas pelas ideologias políticas no plano internacional sobre os autores brasileiros. Isto é, o termo "Estado" aparece justamente em oposição à matriz ideológica consubstanciada no conceito de "mercado", princípio integrador do modelo liberal clássico. Trata-se, então, da ausência de um "mercado político", ou seja, de um espaço de fluência e embate de ideologias políticas enquanto representações de mundo de grupos sociais conflitantes.

Integradas à idéia de um poder estatal forte, as idéias que se convencionou chamar de profascistas ocupam importante lugar no ideário do autoritarismo brasileiro do começo do século. A absorção das ideologias profascistas no Brasil ocorreu através da acentuação do elemento positivista e de aspectos conservadores da linguagem organicista (Lamounier, 1977:362). Sem dúvida, o tema central dos escritos políticos da época passava pela construção de uma unidade, o Estado Nacional. A conjugação da Ideologia de Estado com as idéias sociológicas profascistas resultavam numa noção de "organização" - que pressupunha o estabelecimento de um "centro coordenador" - aliada a uma visão idílica da sociedade civil como conjunto orgânico e articulado de pequenas unidades autônomas.

Da Revolução de 1930 ao Estado Novo, ampliaram-se os mecanismos de controle sobre a sociedade civil. O Estado intensificou seu papel de promotor de cultura, criando instituições como o Ministério da Educação e Saúde (1930), o Instituto Nacional do Livro (1937), o Serviço de Patrimônio Artístico e Cultural (1936) e o Serviço Nacional de Teatro (1937). Como afirma Lúcia Lippi de Oliveira: "A cultura política (...) produzida pelo Estado Novo constitui o modelo mais bem estruturado de relações entre a cultura e a política na histórica do Brasil" (Oliveira, 1987:65). Esta relação buscava legitimidade para o sistema político através da explicação orgânica dos processos sociais em andamento e da história da sociedade brasileira, integrando intelectuais, embora muitas vezes com posições conflitantes, num mesmo debate em torno da constituição da nacionalidade.

## **EDUCAÇÃO, MILITARIZAÇÃO E ARIANISMO**

É interessante observarmos que o projeto de construção da nacionalidade presente nas ideologias do Estado Novo procurou reunir os elementos de

conservação das tradições e a proposta modernizante numa única dimensão. Uma nova identidade coletiva surgiria da recuperação do passado aliada aos progressos técnicos e políticos da época. Diversos autores do período evidenciam a preocupação com a recuperação da brasilidade através da caracterização de tipos regionais como Gilberto Freyre, Cassiano Ricardo, Alceu Amoroso Lima, etc. O envolvimento do Estado com a esfera cultural orientou-se basicamente pelo binômio modernização e nacionalismo. Bem entendido que essa "modernização" aparece neste contexto com certas especificidades, isto é, sempre ancorada na legitimidade da tradição. A vida política brasileira, a partir da década de 30, caracterizava-se cada vez mais por acirrados conflitos ideológicos, "(...) e a educação seria a arena principal em que o combate se daria" (Schwartzman, 1984:51).

Na realidade, a luta por um ensino leigo, capaz de atingir amplos setores da sociedade com o objetivo de formar o cidadão brasileiro, tem suas raízes no movimento da Escola Nova, na década de 1920. Diversas reformas educacionais foram realizadas no bojo do movimento por uma escola universal, pública e gratuita: Lourenço Filho, no Ceará (1924); Francisco Campos, em Minas Gerais (1927); e Fernando de Azevedo, no então Distrito Federal (1928).

A educação brasileira, após a Revolução de 1930, sofreu significativos processos de adequação às novas características da sociedade, orientando-se pelo espírito pragmático contido no processo de industrialização em andamento no país. Intensificaram-se as lutas por um ensino laico, o que produziu acirrados conflitos entre os intelectuais engajados no movimento da Escola Nova e a Igreja, que via na educação um importante instrumento no combate ao individualismo e ao materialismo que pareciam difundir-se pela sociedade brasileira.

As forças Armadas, que ao longo da década de 30 e no decorrer do Estado Novo assumiam papel cada vez mais relevante no cenário político brasileiro, também concebiam a educação como um meio primordial para a veiculação de seu ideário autoritário e nacionalista. Procurou-se articular, através da educação, um amplo projeto de mobilização nacional, o que se harmoniza com o imaginário político apoiado nas concepções organicistas às quais aludimos anteriormente. Através da prática educacional, pretendia-se incorporar os diversos setores da sociedade brasileira em torno da construção da nacionalidade. A educação faria o vínculo da sociedade política com as gerações mais novas, assim como os sindicatos e a legislação trabalhista contribuiriam como elementos de formação ideológica das classes trabalhadoras.

É interessante observarmos a ocorrência da fusão dos princípios liberais do escolanovismo com o ideário político autoritário em voga na época. Em palestra proferida na Escola do Estado Maior das Forças Armadas, em 1939, por exemplo, Lourenço Filho buscou a conciliação destas duas

concepções, procurando pontos médios que articulassem o espírito militar da disciplina e da hierarquia com as propostas escolanovistas de uma educação de massas com vistas à ampliação da cidadania. O ponto de encontro era a emergência de uma organização da sociedade brasileira, e, neste projeto, educadores e militares seriam "(...) as falanges de um mesmo e só exército" (Schwartzman, 1984:70).

De fato, do início da década de 30 ao fim do Estado Novo, a educação foi tratada como questão de "Segurança Nacional", com todas as implicações específicas do termo. Dentro dessa perspectiva, Azevedo Amaral elaborou uma fundamentação para o ensino militar no Brasil, ampliando o conceito da intervenção militar na sociedade, geralmente entendida como o adestramento dos indivíduos para o uso das armas, para a constituição de uma mentalidade capaz de "pensar militarmente" (Schwartzman, 1984:69).

Na implementação desse projeto de educação racional e disciplinadora, com o objetivo de moldar o "novo homem", impulsionado por ideais nacionalistas e pela concepção da autoridade e da força como instrumentos políticos primordiais, o corpo ocupou um papel de destaque. Devemos observar que ainda ecoavam - embora já não prevalecessem - no panorama intelectual brasileiro as teses arianizantes defendidas por diversos autores na passagem do século.

Como observou Florestan Fernandes (1977:34), a questão racial aparece no início do século como o "foco moral" em torno do qual se articularam os debates sobre as questões sociais brasileiras. A formação étnica da população brasileira e o ambiente geográfico foram sistematicamente tomados como os elementos condicionadores daquilo que se convencionou chamar de "caráter nacional brasileiro". E o conhecimento desse caráter foi tomado como ponto de partida para qualquer explicação da sociedade brasileira e para a formulação de propostas de intervenção política em sua estrutura. Muitos foram os estudos desenvolvidos dentro dessa perspectiva, e foge ao nosso objetivo entrar em detalhes quanto às suas particularidades. Deve-se apenas destacar que, como é comum nas abordagens psicologistas, tomou-se como referência a caracterização de "tipos sociais" através dos quais se procurava abarcar a diversidade étnica, cultural e geográfica do Brasil. A esses tipos miscigenados foram atribuídos conceitos de valor que iam do julgamento do negro como "(...) um dos fatores de nossa inferioridade como povo" (Nina Rodrigues) ao tratamento do sertanejo das caatingas nordestinas como o fez Euclides da Cunha em *Os Sertões*: "(...) é um retrógrado, e não é um degenerado", mas "(...) antes de tudo um forte".

Ao lado dos resquícios do pretensamente científico pensamento racista, já presentes na ambiente intelectual brasileiro, aparecem as doutrinas autoritárias importadas, de forte conotação nazi-fascista. É nesse espaço ideológico que se constituíram as primeiras iniciativas consistentes no sentido da institucionalização da Educação Física no Brasil.

Mário Ribeiro Cantarino Filho (1982) constata que o projeto de implantação da Educação Física enquanto disciplina escolar situa-se no bojo das preocupações do Estado no sentido do aperfeiçoamento da raça do homem brasileiro. Como afirmou Souza Ramos, em 1936, a Educação Física - ao lado de propostas como as que sugeriam a esterilização dos indivíduos que pudessem vir a "enfraquecer a raça brasileira" e o estabelecimento de uma estatura mínima como critério de aceitação de imigrantes estrangeiros (1,50 m. para mulheres e 1,60 para homens) - teria por finalidade "(...) suprir as falhas do processo de seleção racial e seu aperfeiçoamento" (apud Cantarino Filho, 1982:167).

Autores brasileiros, especializados em Educação Física, também expressaram essa tendência eugênica, relacionando atividades físicas com desenvolvimento da raça. Foi o caso de Inezil Penna Marinho, então Técnico de Educação da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde (1940), ao afirmar que: "à educação física está reservado papel preponderante na padronização de nossa raça" (Marinho, 1940:39)<sup>2</sup>.

É significativo o fato de que publicações especializadas, como o já referido periódico "Educação Física", estabelecessem relações lógicas explícitas entre os métodos de Educação Física e as ideologias autoritárias em vigor no período. É o caso de um artigo que analisa a Ginástica Alemã, que floresceu em plena ascensão do Partido Nacional Socialista, louvando o nacionalismo nazista e a eugenia.

*"Foi Adolf Hitler quem libertou a força agrilhoada, que hoje já se pode expandir como as águas de um caudaloso estuário de liberdade. Transformar-se-a num mar imenso, protetor das sagradas fronteiras da Pátria. Aí estão realizações e diretrizes que merecem ser imitadas assim pelos poderes públicos como pelas entidades particulares que se consagram à educação física no Brasil"* (apud Cantarino Filho, 1982:169/170).

Embora datem do século passado as primeiras iniciativas oficiais no sentido da institucionalização da Educação Física no meio escolar brasileiro<sup>3</sup>, foi a partir do final da década de 20 desse século que o trabalho corporal passou definitivamente a fazer parte da educação formal no Brasil, sendo tratado como "problema nacional". Portanto, coube às instituições militares a

2. O autor vai mais além, ao situar a Educação Física no âmbito geral da "correção de defeitos mórbidos": "A grande preocupação eugênica está em formar animais humanos fortes, sadios de espírito e inteligentes e pode ser resumida na seguinte frase de Hitler: 'Quem, física ou espiritualmente, não é sadio ou digno, não deve perpetuar os seus defeitos através de seus filhos'" (Marinho, 1940:39, grifos do autor).

3. O primeiro trabalho de autor brasileiro sobre Educação Física foi a tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1845, intitulada "Algumas considerações sobre a Educação Física", de autoria de Manuel Pereira da Silva Ubatuba. Sobre a história da Educação Física no Brasil ver Marinho, 1980a, 1980b e 1981.

introdução e disseminação da Educação Física no Brasil. Em 1928 o Major Pierre Segur, da Missão Militar Francesa, foi encarregado de coordenar os trabalhos de institucionalização da Educação Física no país, formando os primeiros instrutores e monitores com base no "Règlement Général de l'Education Physique". Este Regulamento, conhecido no Brasil como Método Francês, foi desenvolvido na Escola de Joinville-le-Pont com o objetivo de fundamentar um trabalho físico com vistas à superação das deficiências dos militares franceses (Marinho, s/d:78).

Em 1930, o Ministro da Guerra baixou uma Portaria organizando o Centro Militar de Educação Física, com o objetivo de ser um centro formador de especialistas na área, determinando que o Método Francês fosse oficialmente adotado.

Embora desde 1929 a Associação Brasileira de Educação já dirigisse severas críticas à adoção do Método Francês no meio escolar, em 30 de junho de 1931, Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde, através da Portaria nº 70, definiu os programas de Educação Física para o ensino secundário com base nas "(...) normas e diretrizes do Centro Militar de Educação Física." (Marinho, 1980a:21)

Em 1933, foi fundada a Escola de Educação Física do Exército no Rio de Janeiro, substituindo o Centro Militar de Educação Física, com o objetivo de "proporcionar o ensino do método de educação física regulamentar" e "orientar e difundir a aplicação do método" (Marinho, 1980b:22). Foi a partir deste momento que o ensino da Educação Física teve grande impulso no Brasil, sendo normatizado por diversas leis federais e estaduais que aqui não cabe relatar. Vale somente destacar a Lei nº 378, de janeiro de 1937, que, reorganizando o Ministério da Educação e Saúde, criou a Divisão de Educação Física. Este foi o primeiro órgão da administração federal encarregado especificamente de elaborar uma política de Educação Física no Brasil. Por determinação da DEF, o Método Francês foi adotado pelas escolas secundárias em todo o país.

O Método Francês, divulgado pela Escola de Joinville-le-Pont, definia a Educação Física como sendo "(...) o conjunto dos exercícios cuja prática racional e metódica é susceptível de fazer o homem atingir o mais alto grau de aperfeiçoamento físico, compatível com sua natureza" (Marinho, s/d:89-90). Da própria definição do método depreende-se sua vocação utilitária e seu potencial de adaptação às instituições militares. Para desenvolver as qualidades que considerava primordiais no homem - a "têmpera de caráter", a "coragem", o "gosto pelo esforço" e a "virilidade", entre outras - o Método Francês utilizava-se de seis "Formas de Trabalho": Jogos, Flexionamentos ("Assouplissements"), Exercícios Educativos, Aplicações, Desportos Individuais e Desportos Coletivos. Embora o método em questão impressione pelo grau de detalhamento com que apresenta as atividades físicas recomendadas, este concebe o movimento corporal a partir de uma perspectiva fragmentária e parcial, dificultando a percepção da integralidade do corpo e do gesto como componente de uma

unidade maior. A ausência de uma interpretação humanística da Educação Física e a introdução da disciplina e de práticas tipicamente militares (marchas e lutas como jiu-jitsu, greco-romana, box, etc.) nos indicam os efeitos ideológicos do Método Francês enquanto Educação Física escolar.

A Educação Física integrou-se a uma ampla política de estabelecimento de uma rigorosa disciplina corporal na vigência da República de Vargas. Destacando o fato de que o momento político em questão, ao contrário do Brasil oligárquico - em que havia uma repressão pura e simples das atividades corpóreo-gestuais nas camadas subalternas da sociedade - constitui uma "retórica do corpo", afirma Júlio Cesar Tavares:

*"A classe trabalhadora foi o alvo dessa política de constituição de corpos disciplinados, capazes de sustentar a nova etapa em que o Brasil entrava e, ao mesmo tempo, forjar o Homem Brasileiro da seiva deste esforço."* (Tavares, 1984:102).

Através de diversos mecanismos, procurou-se difundir entre as classes trabalhadoras o espírito cívico aliado a uma concepção ascética e disciplinada quanto ao uso do corpo. Os "Desfiles Operários", realizados anualmente no dia 1º de maio durante o Estado Novo, no estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, por milhares de trabalhadores, evidenciavam a disciplina corporal de caráter fascista imposta pelo Estado por meio de instituições como os clubes esportivos e os sindicatos atrelados ao Ministério do Trabalho.

Tal foi a importância atribuída pelo Estado brasileiro ao apelo do desporto e do vigor físico no período considerado que, mesmo na seleção dos membros de suas instituições repressivas, não só o porte físico, mas também o reconhecimento por parte da população do valor dos atletas destacados em competições nacionais e internacionais era considerado. Dentro desses parâmetros, em 1932, foi criado um "(...) organismo policial estruturado em condições de agir com presteza e eficiência nos casos de ameaça à tranquilidade do governo ou de perturbação da ordem pública" (Scaramuzzi, 1981:13). Na realidade, a Polícia Especial foi uma espécie de "Gestapo tupiniquim", uma polícia de choque, cujos quadros eram recrutados nos clubes esportivos e nas academias de lutas, encarregada de dissolver manifestações públicas contrárias à política de Getúlio Vargas.

Na realidade, a utilização do desporto como elemento de vinculação direta com a população, em detrimento do fortalecimento das ideologias orgânicas das camadas populares via suas instituições legítimas, faz parte de uma ampla estratégia que envolve também a apropriação das instituições do **ethos** popular por parte do Estado. O samba, o futebol, a capoeira<sup>4</sup> e tudo

4. Sobre as transformações ocorridas no âmbito técnico-estético e ritual da capoeira - dança-luta de origem afro-brasileira praticada, à época, principalmente entre as camadas sociais subalternas - na vigência do Estado Novo, refletindo um processo de apropriação da cultura popular, ver Luiz Renato Vieira, "Da vadição à capoeira regional: uma interpretação da modernização cultural no Brasil", 1990.



aquilo que poderia ser caracterizado como autenticamente nacional foi resgatado numa ampla ação ideológica junto às classes subalternas.

O governo de Getúlio Vargas, principalmente durante o Estado Novo, caracterizou-se por uma ampla estratégia de legitimação junto às massas trabalhadoras. Além da atuação no campo educacional, como abordamos anteriormente, foi intensa a defesa da ideologia do trabalhismo e do nacionalismo por outras vias culturais, como o teatro, com a criação do Serviço Nacional de Teatro, e a publicação da revista Cultura e Política no período 1941-1945. Um marco na política cultural do Estado Novo foi a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, subordinado diretamente à Presidência da República. Esta instituição contava com uma divisão de radiodifusão e outra de cinema e teatro, e deveria encarregar-se, além das atribuições tradicionais de qualquer órgão de censura política, da divulgação da cultura nacional. Segundo o item "a" do artigo 1º do Decreto de criação do Departamento, o órgão tinha por finalidade:

*"Centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda interna ou externa e servir permanentemente como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional".*

Um dos importantes veículos do discurso oficial do trabalhismo foi a "Hora do Brasil", instituída por determinação da Divisão de Radiodifusão do Departamento de Imprensa e Propaganda. Segundo artigo publicado no Anuário da Imprensa Brasileira, em 1940, a Hora do Brasil tinha por objetivo divulgar para todo o território nacional uma

*"(...) informação oficial, uma prestação de contas do governo ao povo, em que a narração pura e simples dos atos e iniciativas da autoridade se torna o melhor e mais convincente elogio do regime. Como hora cultural de rádio, destina-se a desenvolver e incentivar o gosto da boa música e da boa literatura (...)" (apud Tota, 1987:36).*

De fato, a Hora do Brasil utilizou-se fartamente da música popular brasileira. Durante determinado período a última meia-hora do programa era dedicada à reprodução de sucessos de Herivelto Martins, Heitor dos Prazeres, Donga, Carmem Miranda, Francisco Alves, entre outros. Foi muito forte o movimento nacionalista no campo da arte e da cultura, dando margem a um significativo processo de cooptação de artistas de origem popular e de apropriação de seus produtos culturais por parte das camadas médias da sociedade. Afirma Antônio Cândido: "Nos anos 30 e 40, por exemplo, o samba e a marcha, antes praticamente confinados aos morros e subúrbios do Rio, conquistaram o País e todas as classes, tornando-se um pão-nosso cotidiano de consumo cultural" (Cândido, 1987:198).

## CONCLUSÃO

A caracterização do pensamento político que preparou a Revolução de 1930 e encontrou plena expressão nas ideologias de sustentação do Estado Novo revelou-se fundamental para a compreensão das estratégias de legitimação do Estado junto à sociedade civil. Do conjunto dessas estratégias, destacamos o relevante papel da implementação de uma educação de massa no Brasil, a partir da década de 30, no bojo de um amplo projeto de construção de uma sociedade "moderna". Como vimos, esse projeto sustentava-se nas ideologias que preconizavam a necessidade da organização de um Estado forte e centralizador, capaz de articular os diversos segmentos da sociedade em torno de uma "unidade nacional". A educação implementada no período atuou como eficiente elemento de difusão de ideologias protofascistas, impondo a disciplina como componente fundamental da conduta do jovem.

Talvez nenhum outro setor educacional tenha absorvido tão profundamente os princípios eugênicos e disciplinadores contidos nas ideologias autoritárias que circulavam na primeira metade deste século, no Brasil, quanto a Educação Física. Os corpos adestrados militarmente nas escolas refletiam o grau de influência das instituições militares na sociedade como um todo, disseminando seu ideário nacionalista.

O processo social e político abordado demonstrou a permeabilidade da sociedade civil em relação às estratégias de legitimação do Estado, que teve entre seus instrumentos privilegiados a educação escolar e a cultura. O fortalecimento de uma liderança do tipo carismático, consubstanciada na figura de Getúlio Vargas, preparou o ambiente cultural onde se desenvolveu intenso processo de reestruturação de padrões de conduta. A partir dos novos valores, reorganizaram-se os diversos níveis de expressão do imaginário popular, dando origem a formas diferenciadas de discursos, que passaram a atuar como elementos de sustentação da organização social como um todo.

## BIBLIOGRAFIA

CÁNDIDO, Antônio. 1967, *Literatura e sociedade*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

\_\_\_\_\_. 1987, *A educação pela noite*. São Paulo, Ática.

CANTARINO FILHO, Mário Ribeiro. 1982, *A educação física no Estado Novo: história e doutrina*. Universidade de Brasília, (Tese de Mestrado em Educação).

CARONE, Edgar. 1977, *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro, Ed. Difel.

FAUSTO, Boris. 1987, *A revolução de 1930*. 11 ed. São Paulo, Brasiliense.

- FERNANDES, Florestan. 1977, *A sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- FREYRE, Gilberto. 1963, *Casa grande e senzala*. 12 ed. Brasília, Ed. UnB.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. 1956, *Raízes do Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro, José Olympio.
- LAMOUNIER, Bolivar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República - uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (ed.). 1977, *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difel. Tomo III, v.2.
- LEITE, Dante Moreira. 1983, *O caráter nacional brasileiro*. 4 ed. São Paulo, Pioneira.
- MARINHO, Inezil Penna. 1940, *Especialização - Fator preponderante na técnica da Educação Física*. Rio de Janeiro, Ed. Batista de Souza.
- \_\_\_\_\_. 1980a, *Estudo da Evolução dos principais sistemas e métodos de Educação Física adotados no Brasil*. Universidade Federal de Pelotas. (Monografia apresentada ao 1º Simpósio Nacional de Docentes de Nível Superior na Área de Ginástica).
- \_\_\_\_\_. 1980b, *Rui Barbosa: paladino da Educação Física no Brasil*. 2 ed., Brasília, Horizonte.
- \_\_\_\_\_. 1981b, *História da Educação Física no Brasil*. São Paulo, Ed. Cia. Brasil.
- \_\_\_\_\_. s/d, *Sistemas e métodos de Educação Física*. 5 ed., São Paulo, Ed. Cia. Brasil.
- MARTINS, Luciano. A gênese de uma 'intelligentsia': os intelectuais e a política no Brasil - 1920 a 1940. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. ANPOCS. 2(4):1987.
- MATOS, Claudia. 1982, *Acertei no milhar: malandragem e samba no tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MICELI, Sérgio. 1979, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel.
- PÉCAUT, Daniel. 1990, *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo, Ática.
- PEIXOTO, Celina. 1970, O contexto político da Revolução de Trinta. In: *Dados*. Rio de Janeiro, IUPERJ.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. 1963, *Introdução ao Estudo das contradições sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, ISEB.

SCARAMUZZI, Olyntho Vieira. 1981 a, *Memórias de um ex-policia especial*. Rio de Janeiro, Revista Continente.

SCHWARTZMAN, Simon et al. 1984, *Tempos de Capanema*. São Paulo, USP.

TAVARES, Júlio Cesar de Souza. 1984, *A dança da guerra: arquivo-arma*. Universidade de Brasília. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).

VIEIRA, Luiz Renato. 1990, *Da vadição à capoeira regional: uma interpretação da modernização cultural no Brasil*. Universidade de Brasília. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).